

Ata

1 O Conselho de Gestores de Relações Internacionais das IFES – CGRIFES – reuniu-se em
2 assembleia às 9h do dia 29 de março de 2019 no 8º andar do Edifício Denasa, no Setor
3 Comercial Sul, Quadra 1, Bloco K número 30, em Brasília, DF. O Diretor do Conselho,
4 Professor Waldenor Moraes, abriu a reunião apresentando a pauta da reunião, enviada
5 com antecedência para os membros, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida,
6 solicitou que os novos membros do CGRIFES se apresentassem. **Primeiro ponto de**
7 **pauta:** Recomposição da Secretaria da Diretoria do CGRIFES decorrente do
8 desligamento da Profa. Sabine Gorovitz (UnB). Foi feita a leitura do artigo treze do
9 regimento do CGRIFES, que indica como se deve proceder em caso de vacância de cargos
10 da diretoria. De acordo com o artigo, a direção deve indicar um nome para assumir a
11 função de secretário. Este nome deve ser apresentado ao plenário do CGRIFES para
12 apreciação e homologação. A Direção apresentou como indicado o Prof. Virgílio
13 Almeida, da RI da UnB, indicando como razões para indicação os seguintes motivos: (1)
14 a manutenção de um representante da UnB na Diretoria, como foi desejo da assembleia
15 que elegeu a atual gestão; (2) a presença de um membro da Diretoria em Brasília,
16 portanto próximo ao MEC e à Sede da Andifes; (3) o fato de o Prof. Virgílio ser vice-
17 presidente de inglês do Programa Idiomas sem Fronteiras, e ter um contato direto com
18 o Coordenador de Assuntos de Internacionalização da SESu, Prof. Noraí Rocco. O Prof.
19 Waldenor ainda informa que a indicação recebeu o apoio da antiga direção do CGRIFES.
20 Consultada, a assembleia aprovou a indicação, e o Professor Virgílio passou neste
21 momento a se assentar ao lado da diretoria que passou a compor e também assumiu a
22 redação desta ata. **Segundo ponto de pauta:** Definição de calendário de reuniões. O
23 Prof. Waldenor sugere passar de 2 reuniões por ano para 2 reuniões por semestre, para
24 fortalecimento e articulação do Conselho. O Prof. Reginaldo Buselli (UFRA) aprova a
25 iniciativa e acredita ser estratégica para fortalecimento do Conselho e maior articulação
26 entre seus membros. O Prof. Guilherme Gomes (UFSB) expressa receio de que um
27 número maior de reuniões durante o ano aumente a fragmentação do Conselho, tendo
28 em vista a dificuldade em se garantir a presença por questões orçamentárias. O
29 Professor Almir Silva (UFOB) concorda com o argumento de que com apenas com dois
30 encontros anuais não há como fortalecer o CGRIFES e assumir um protagonismo maior
31 na gestão das universidades. Já a Profa. Patrícia Cardoso (UFES) acha que é importante
32 ter mais encontros presenciais, mas não para o trabalho do GTs. Os GTs, defende a
33 professora, devem trabalhar com calendários próprios independente do CGRIFES. O
34 Prof. Claudio Carlan (UNIFAL-MG), apesar de não gostar de reuniões, pensa que no
35 momento atual de turbulência precisamos de aumentar a pressão e isso só é possível
36 com articulação e busca de soluções compartilhadas para problemas compartilhados. O
37 Prof. Rafael Rocha (UFRR) sugere aproveitar outros eventos para que o CGRIFES se
38 encontre, como na FAUBAI, para não necessitar de deslocamento específico para
39 participação nos encontros; sugere o professor que membros do CGRIFES cheguem um
40 dia antes ou partam um dia após os eventos. O Prof. Waldenor Moraes (UFU) lembra
41 que o CGRIFES já se encontra durante a FAUBAI, mas nem sempre é possível manter o
42 foco em questões exclusivas do Conselho durante tais eventos, pois há muitas
43 demandas. Concorde ser necessário otimizar o deslocamento e calendário de reuniões,
44 mas insiste que um calendário específico do CGRIFES seria essencial para darmos mais
45 relevância às ações do Conselho. Sobre chegar um dia antes ou partir um dia após os
46 eventos, o Prof. Waldenor diz que a sugestão é bem-vinda, mas que há sempre

47 inconveniência em passar mais tempo nestes eventos. A Profa. Lêda Brasil (UFAM) acha
48 importante ampliar o número de reuniões, mas ressalta dificuldades para setores em
49 que não há apoio de um número satisfatório de servidores para que o diretor possa se
50 ausentar, além da falta de verba. Sugere que façamos três reuniões em 2019 e quatro
51 somente a partir de 2020, para que não nos comprometamos com um calendário que
52 não conseguiremos cumprir. A Profa. Livia Reis (UFF) parabeniza a gestão atual do
53 CGRIFES por ações visando o fortalecimento do Conselho a começar pela criação da lista
54 de WhatsApp, que já aproxima os representantes de internacionalização. Pede também
55 para não marcar reunião às sextas-feiras, devido ao elevado valor das passagens para
56 Brasília neste dia da semana. Lembra ainda a professora que essa discussão de ampliar
57 o número de reuniões é recorrente no CGRIFES. Ela acha relevante manter as reuniões
58 da FAUBAI, pois são igualmente importantes. A professora conclui que a sugestão de
59 iniciarmos a transição do número de reuniões anuais para três em 2019 parece ser
60 bastante sensata. O Prof. Leonardo Dall’Agnol (UFMA) partilha experiência de reuniões
61 virtuais que acontecem em outros fóruns do qual faz parte. Sugere que uma das
62 reuniões ocorra virtualmente, caso nem todos os membros do Conselho consigam
63 viabilizar a viagem até Brasília. O Prof. Waldenor Moraes (UFU) sugere que os GTs
64 iniciem a prática de reuniões virtuais e que poderemos avaliar a viabilidade de fazer
65 reuniões virtuais do Conselho a partir destas experiências. A Profa. Mabel Cordini
66 (UFVJM) solicita colocar na pauta o objetivo específico da reunião, para facilitar a
67 negociação com as reitorias para autorização de viagem. Reforça também a necessidade
68 de evitar a sexta-feira e também sugere terminar a reunião mais cedo para facilitar o
69 retorno. O Prof. Waldenor Moraes (UFU) ressalta que a pauta desta reunião com os
70 objetivos foi enviada com antecedência, e também pondera que há que se aproveitar o
71 fato de tantos diretores se deslocarem até Brasília durante todo um dia com uma
72 reunião estendida até o final da tarde, pelo menos. A Profa. Maria Helena Cordeiro
73 (UFFS) sugere já organizar as próximas reuniões por web-conferência, para que mais
74 membros possam participar, e partilha a experiência da UFFS com resultados bastante
75 satisfatórios. Em seguida, o Profa. Waldenor Moraes indica proposta de
76 encaminhamento: datas para as próximas reuniões do CGRIFES: 17/06 e 18 ou 21 de
77 novembro (datas a confirmar após checagem do calendário da ANDIFES). Além destas
78 duas datas, foi sugerido o pré-agendamento de 5/09 para uma possível quarta reunião
79 do ano de 2019. Encaminhamento aprovado após novas ponderações dos presentes.
80 Em um novo encaminhamento, o Prof. Waldenor sugere que mantenhamos a reunião
81 durante a FAUBAI. Aprovado pela assembleia. A Profa. Livia Reis (UFF) sugere que a
82 discussão sobre o horário da reunião seja feita no WhatsApp após articulação com a
83 FAUBAI. A Profa. Mabel Cordini (UFVJM) alerta que parece não haver espaço físico na
84 FAUBAI. **Terceiro ponto de pauta:** Composição dos GTs. A partir dos objetivos do
85 regimento do CGRIFES, o Prof. Waldenor apresenta seis temas de GT para apreciação:
86 1. Políticas de Cooperação Internacional, Políticas de Relações Internacionais,
87 Organização de Missões Internacionais; 2. Convênios e mobilidade internacional
88 discente, docente e de técnicos-administrativos das IFES; 3. Eventos e atividades ligados
89 às políticas de internacionalização das IFES; 4. Políticas para internacionalização das
90 IFES; 5. Criação, manutenção e consolidação de um banco de dados com informações
91 sobre a internacionalização superior com o objetivo de consolidar e divulgar
92 informações sobre internacionalização do ensino superior; 6. Plano de metas CGRIFES.
93 O Prof. Reginaldo Buselli (UFRA) sugere incluir acordos, convênios, etc no segundo GT e

94 pergunta também se será permitido aos membros do CGRIFES participar de mais de um
95 grupo ou se há um número máximo de grupos em que se pode participar. O Prof.
96 Waldenor sugere que podemos discutir a composição dos grupos, mas que deveríamos
97 evitar grupos muitos grandes. O Prof. Cristian Witimann (UNIPAMPA) questiona em qual
98 GT estaria o debate acerca de barreiras institucionais ou legais para a mobilidade. A
99 Profa. Livia Reis (UFF) pergunta qual o objetivo dos GTs. O Prof. Nicolas Maillard (UFRGS)
100 questiona em qual grupo estaria o tema capacitação. O Prof. Waldenor esclarece
101 diversas questões apresentadas pelos participantes da assembleia. Deixa claro também
102 que na composição do GT é que iremos definir os objetivos de cada GT. A Profa. Maria
103 Helena (UFFS) reitera questões relacionadas a problemas relacionados a fronteiras
104 territoriais. O Prof. Almir Silva (UFOB) sugere incluir em alguns dos GTs questões
105 relativas a interação de IFES com órgãos de fomento, ou políticas de internacionalização
106 com articulação com órgãos nacionais. O Prof. Waldenor reitera que os próprios GTs
107 irão acabar incluindo estas discussões no início da discussão. O Prof. Milton Asmus
108 (FURG) sugere os temas sustentabilidade, estrutura, suporte para que a
109 internacionalização efetivamente ocorra. O Prof. Waldenor reitera que estas ações de
110 financiamento e sustentabilidade deveriam estar presentes em todos os GTs para que
111 se viabilizem as ações propostas. O Prof. Milton pondera que o tema sustentabilidade,
112 financiamento e orçamento é transversal. O Prof. Rafael Rocha (UFRR) reitera que a
113 discussão acerca de obstáculos para internacionalização é importante por incluir
114 questões legais da AGU, por exemplo. A Profa. Livia Reis (UFF) sugere que o primeiro
115 trabalho do GT seja uma listagem dos objetivos e ações esperadas, e que antes do início
116 dos trabalhos, os objetivos sejam partilhados e que verifiquemos se há alguma ação que
117 não foi contemplada. A Profa. Lilian Angel (UNIRIO) pergunta se iremos contemplar o
118 fenômeno da imigração e dos refugiados; pergunta também se existe um prazo definido
119 para que as pessoas se filiem aos GTs. Se em junho haveria como alguém se envolver
120 com um GT no caso de saída dela. A Profa. Leda Brasil (UFAM) sugere grupo de políticas
121 *in* e outro de políticas *out* para não criar um grupo muito grande. O Prof. Waldenor
122 esclarece os pontos levantados, sugerindo que a substituição de participantes dos
123 grupos seja automática, caso um dos membros deixe o CGRIFES. Reitera o professor que
124 o objetivo dos GTs é assumir efetivamente um papel que está descrito no Regimento do
125 CGRIFES, para que o Conselho seja mais proativo e não apenas reativo. GTs serão
126 constituídos para criar reflexão, criar ambientes para que propostas possam surgir, ser
127 discutidas e que desencadeiem ações propositivas. O Prof. Leonardo Dalla'Agnol
128 (UFMA) ressalta a dificuldade de se medir internacionalização e também questiona se o
129 trabalho do grupo 6 (Plano de Metas) não seria um trabalho de todo o CGRIFES. O Prof.
130 Waldenor lembra que os GTs irão propor ações ou planos que deverão ser aprovados
131 pelo Conselho como um todo. Após encaminhamento, a assembleia aprovou (1) a
132 criação de um novo GT para discutir questões relacionadas a fronteiras, imigração e a
133 situação dos refugiados; (2) a questão de captação de recursos será discutida no GT de
134 políticas de internacionalização; (3) políticas linguísticas serão discutidas no GT de
135 políticas de internacionalização; (4) questões relativas à métrica serão incluídas no GT
136 5. Uma lista com os GTs foi disponibilizada para a assembleia para que os presentes
137 indiquem de quais GTs querem participar. Antes de passar ao próximo tema, o Prof.
138 Milton Asmus (FURG) registra que em sua opinião uma política de captações de recursos
139 pode ser favorecida por um posicionamento oficial do CGRIFES. **Quarto ponto de pauta:**
140 Participação do CGRIFES em eventos internacionais. O Prof. Waldenor sugere que não

141 há como competir com as grandes empresas de educação, no marketing de ‘mimos’.
142 Segundo sua percepção, nossa vantagem é termos um excelente sistema de ensino
143 público, de qualidade e gratuito para brasileiros e não-brasileiros. Ainda de acordo com
144 o professor, poderíamos participar de eventos internacionais com maior qualidade e
145 maior representação coletiva – não individualizada. Propõe o professor que discutamos
146 até que ponto podemos pensar em uma participação FEDERAL em eventos
147 internacionais, com um sistema que nos represente como Conselho. A Profa. Mabel
148 Cordini (UFVJM) reitera que não vê abordagem coletiva do Brasil em eventos. Partilha
149 experiência em evento sobre a Alemanha onde as instituições foram apresentadas pelas
150 associações dos reitores da Alemanha. A falta de representação de um conjunto acaba
151 por fazer que percamos muitas oportunidades. Os eventos *Study in Brazil*, argumenta a
152 professora, seriam momentos maravilhosos para que o CGRIFES e a ANDIFES se
153 apresentem, não para que esta ou aquela universidade se apresente individualmente. A
154 Profa. Livia Reis (UFF) argumenta que nós somos uma grife – *As IES Federais* – e que
155 temos que mostrar isso! Ela se entristece por não termos ainda saído desse espaço
156 interno do CGRIFES para nos mostrar. Parabeniza pela ideia de termos uma
157 representatividade com apoio integral pela ideia. O Prof. Guilherme Gomes (UFSB)
158 defende que esta estratégia de divulgação em conjunto ocorra em alinhamento com a
159 ANDIFES. O Prof. Milton Asmus (FURG) reitera que em eventos internacionais se
160 destacam as representações governamentais. Sugere buscar apoio do MRE para nos
161 apresentar em tais oportunidades. O professor ressalta, entretanto, o gargalo da falta
162 de cursos em língua inglesa para atrair mais alunos. O Prof. Waldenor informa que já
163 houve conversas com a Capes para que o órgão abrace essa ideia de representação do
164 país ao invés das universidades. E que o Prof. Norai Rocco, Coordenador da Coordenação
165 Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior da SESu, pode também ser
166 sensibilizado para a questão. A Profa. Mabel Cordini (UFVJM) ressalta a força de
167 associações como a UNIMINAS – que engloba 11 universidades. Segundo a professora,
168 só por terem essa representatividade, já foram solicitados para acordos diversos. O Prof.
169 Nicolas Maillard (UFRGS) apoia a ideia, e sugere contatar a FAUBAI e também solicitar
170 apoio do MEC e da Capes. Se conseguíssemos apoio desses órgãos, seria excelente,
171 pensa o professor. Sugere também fazer um exercício interno de troca de experiências
172 para que as universidades menos experientes possam aprender como se fazer
173 representar em eventos internacionais. Nesta altura a assembleia fez uma pequena
174 pausa para o café. **Quinto ponto de pauta:** Discussão das propostas da CRIA. Após o
175 intervalo, iniciamos a discussão ouvindo as ponderações do Prof. Márcio Venício (UFRN)
176 participa via *web* para reiterar e resumir o depoimento que foi partilhado com os
177 membros do CGRIFES via WhatsApp acerca do documento apresentado para ser levado
178 à CRIA indicando a criação de uma Diretoria de Internacionalização para apoio ao CRIA.
179 Inicia o professor sua exposição dizendo que concorda com a maioria do conteúdo do
180 documento da CRIA mas que a análise feita do CGRIFES não corresponde à realidade das
181 ações. Incomodou-o mais a proposta da CRIA de sugerir a criação de um novo organismo
182 para tratar das questões internacionais na ANDIFES, pois é esse o trabalho do CGRIFES.
183 Se o CGRIFES for um órgão meramente consultivo, não teremos força de ação. Em
184 segundo lugar, o novo Diretor de Internacionalização não irá submeter suas
185 recomendações ao CGRIFES, e sim diretamente à CRIA. Lembra também que o CGRIFES
186 fez isso uma vez com a Criação do Grupo Coimbra, que inicialmente era um órgão só das
187 federais. Por uma questão orçamentária, se viu obrigado a se abrir para outras IES. Não

188 há no documento da CRIA nenhuma proposta em relação ao CGRIFES. Pondera o Prof.
189 Márcio que se a ANDIFES e a CRIA decidirem que o Conselho não tem mais razão de ser,
190 que se posicionem assim. Mas no momento somos um Conselho constituído pela CRIA
191 e para a CRIA. A proposta de encaminhamento é que nos posicionamos contra a criação
192 dessa diretoria e que o CGRIFES assuma todas as ações propostas para a nova diretoria
193 da CRIA. Pondera ainda o professor que se a Andifes está disposta a bancar a criação de
194 uma diretoria, não poderia também bancar as ações do CGRIFES que estão paradas por
195 falta de financiamento? Nunca tivemos solicitação clara da CRIA para uma ação concreta
196 e nem financiamento suficiente. Precisamos evidenciar o potencial do CGRIFES e
197 mostrar à CRIA que é o CGRIFES que deve levar adiante o trabalho sugerido para o
198 diretor de internacionalização do CRIA. Considerando-se o documento da CRIA e após a
199 exposição do Márcio, o Prof. Waldenor sugere que o Conselho se posicione contra a
200 criação da Diretoria de Internacionalização da CRIA e que reiteremos que o papel cabe
201 ao CGRIFES, colocando o Conselho à disposição para cumprir o consta em nosso
202 regimento. O Prof. Cláudio Carlan (UNIFAL-MG) registra que, em sua interpretação, o
203 documento da CRIA indica que não confiam no CGRIFES. A Profa. Liliane Resende (UFSJ)
204 concorda com o Prof. Márcio, e registra o esforço do CGRIFES para se fortalecer e se
205 fazer representar. Ressalta que o documento da CRIA não menciona a indicação de
206 diretor de extensão, de graduação, etc... E questiona ainda o que seria este profissional
207 da área citado no documento da CRIA. Em segundo lugar, a professora também se
208 questiona como seria escolhido esse diretor – quem seria escolhido? A professora ainda
209 menciona que o documento da CRIA fala sobre colhermos os benefícios do PRINT com
210 a instituição da nova diretoria sugerida. Mas o PRINT só trará benefícios para as 39
211 universidades que foram contempladas. E as demais? questiona a professora. Em
212 relação ao documento da CRIA mencionar o modelo alemão como inspirador, a
213 professora ressalta sobre as enormes diferenças entre a gestão de internacionalização
214 em um país continental e desigual como o Brasil em relação à Alemanha. Como um único
215 diretor de internacionalização daria conta disso? Finaliza a professora defendendo que
216 temos que exigir o fortalecimento do CGRIFES. O documento do CRIA é preconceituoso
217 em relação às IES menores. Os recursos que seriam investidos na diretoria devem ser
218 direcionados ao CGRIFES, conclui a professora. Leonardo Dall’Agnol (UFMA) também
219 concorda que um diretor não seria capaz de realizar o trabalho sugerido. Seria
220 necessário o apoio de uma equipe. Portanto, se há recursos para isso, que os recursos
221 sejam repassados para o CGRIFES. Reginaldo Buselli (UFRA) parabeniza o Prof. Márcio
222 pela exposição. Concorda e por isso registra a necessidade de nos reunirmos com maior
223 constância para nos fortalecer. Os GTs serão capazes de atender demandas no âmbito
224 nacional, muito mais do que um diretor apenas. O Prof. Nicolas Maillard (UFRGS)
225 agradece o Prof. Márcio pela presença ainda que via Skype. O professor ressalta que o
226 documento iniciou como uma proposta de um reitor para os demais reitores. Nicolas diz
227 que sinceramente o reitor não pensou no CGRIFES, pensou somente nos reitores,
228 tentando viabilizar uma solução para um problema que eles não encontravam no
229 CGRIFES. Reitores que viram na Alemanha um conjunto de serviços aos reitores que eles
230 não possuíam aqui. Nicolas tem dúvidas se conseguimos convencer os reitores que o
231 CGRIFES dará conta do recado. Ele não vê esta proposta como uma tentativa de
232 substituir nosso trabalho, mas como a indicação de uma pessoa para ligar nossas ações
233 às demandas dos reitores. Segundo o professor, isso não retira o valor dos assessores,
234 mas criaria um canal de articulação entre os reitores e o CGRIFES. Quando não há uma

235 íntima ligação entre o CGRIFES e a CRIA, o trabalho não é efetivado. Ele não vê a criação
236 de um diretor de relações internacional da CRIA como algo que retire o prestígio do
237 CGRIFES. Ele percebe o diretor de relações internacionais como um cargo que iria
238 solicitar o trabalho do CGRIFES. A Profa. Jenifer Saffi (UFCSPA) diretora de
239 internacionalização e também vice-reitora da sua instituição, também faz parte da CRIA.
240 Ela não acredita que o documento do CRIA é uma afronta ou que pretende enfraquecer
241 o CGRIFES. Após ler o depoimento do Prof. Márcio, ela percebeu que não tinha feito
242 essa interpretação ao ler o documento original. Relata a professora que se sente
243 bastante contemplada com as colocações do reitor, nas várias sugestões propostas para
244 o fortalecimento da internacionalização das nossas instituições. Entretanto, após as
245 ponderações do Márcio, considera que não haveria necessidade desse diretor com a
246 finalidade sugerida, mas sim de uma assessoria técnica que pudesse auxiliar as ações da
247 CRIA e do CGRIFES. Que é preciso fazer uma assessoria técnica para o CGRIFES, e não
248 uma nova diretoria. Em nome da instituição dela, ela reitera que não entende o
249 documento como uma crítica ao CGRIFES. Acha que os reitores entenderão como uma
250 proposta de fortalecimento. O Prof. Milton Asmus (FURG) pondera que ao se criar uma
251 diretoria, cria-se uma nova competência e desautoriza-se a antiga competência. Ele
252 compreende perfeitamente a posição do Prof. Márcio. Mas ressalta que realmente uma
253 pessoa com dedicação exclusiva para trabalhar nesta ação aqui em Brasília também faz
254 sentido. Entretanto, acredita que a proposta não pode ser colocada dessa maneira –
255 como diretor da CRIA. Ele acha que a proposta foi malconduzida. Pode ser uma boa
256 ideia, mas não pode ser desta forma. Só faz sentido se for alguém a serviço do CGRIFES,
257 e não da CRIA. A Prof. Lívia Reis (UFF) louva a reflexão que a situação está
258 proporcionando. Ela se empolgou com o documento, mas se incomodou com a parte do
259 CGRIFES. E após ler o texto do Prof. Marcio, ela se sentiu representada e ficou claro para
260 ela o que ela não havia gostado. Concorda integralmente com o Prof. Márcio, sem
261 desqualificar o documento escrito pelo reitor da UFRGS. Talvez tenha sido mesmo um
262 erro político, mas com certeza é um esvaziamento de nossa função. A Profa. Bárbara
263 Simões (UFJF) procedeu à leitura do seguinte texto: A partir da leitura da minuta redigida
264 e encaminhada pelo reitor da UFRGS e diretor de relações internacionais da mesma
265 instituição, professor Nicolas, consideramos os seguintes pontos: 1. Há sobreposição na
266 conclusão e objetivos da minuta em relação às funções do CGRIFES, e conseqüente
267 esvaziamento das funções descritas no regimento do CGRIFES. Acreditamos que a
268 melhor proposta fosse que as questões fossem construídas coletivamente, no conselho
269 CGRIFES, seguindo o que está descrito em nosso próprio regimento e em orientação aos
270 objetivos ali já delineados. A criação de uma equipe de apoio técnico neste caso ajudaria
271 nos pontos que hoje são falhos. A proposta de um diretor de relações internacionais
272 como ponte entre CRIA e CGRIFES pode, na verdade, resultar em encolhimento político
273 deste coletivo em suas funções junto à ANDIFES, a saber: (i) Assessorar a ANDIFES na
274 construção de políticas nacionais de cooperação acadêmica internacional; (ii) Propor à
275 ANDIFES as diretrizes e o plano anual de metas do CGRIFES; (iii) Propor e apoiar a
276 ANDIFES na realização de eventos e atividades ligadas aos temas de política de
277 internacionalização das IFES; (iv) Articular com os setores de relações internacionais dos
278 órgãos federais, estaduais e regionais com vistas a sugerir e delinear as políticas
279 nacionais para internacionalização das IFES; (v) Propor e organizar missões
280 internacionais; (vi) Encaminhar a ANDIFES as propostas aprovadas pelo plenário do
281 CGRIFES, inclusive plano de metas e políticas de relações internacionais. A proposta de

282 uma diretoria de relações internacionais separada é diferente do funcionamento de
283 todos os outros conselhos ligados à ANDIFES (Conex, COGRAD, etc) e não creio que
284 expresse a vontade dos reitores de forma geral, que representam universidades tão
285 diversas e com realidades tão distintas. Ainda, de acordo com a minuta enviada, para
286 além do que de forma muito pertinente escreveu o professor Marcio (UFRN),
287 acreditamos que a criação de um cargo pode comprometer a construção coletiva que
288 se dá no plenário do CGRIFES. Propomos, ao invés da criação de uma diretoria, que o
289 CGRIFES possa abraçar as funções propostas pela CRIA, contempladas em linhas gerais
290 no próprio regimento deste coletivo, para implantação de uma política de
291 internacionalização mais atuante e proativa na Andifes. O Prof. Leonardo Dall’Agnol
292 (UFMA) aprova a importância que o documento da CRIA dá à internacionalização,
293 devemos afinar as ações para que o CGRIFES receba a assessoria técnica de que temos
294 necessidade, sugere o professor. Já o Prof. Reginaldo Buselli (UFRA) ressalta que se não
295 estamos cumprindo o que é esperado do CGRIFES, devemos ser informados, debater e
296 responder se temos ou não condições de cumprir as demandas. Precisamos de uma
297 secretaria executiva? Qualquer que seja o caminho, ele deve passar por esse Conselho.
298 O fortalecimento do CGRIFES passa pelo fortalecimento das assessorias. A Profa. Angela
299 Lopes (CEFET-UFRJ) relata que faz parte deste Conselho desde 2005. Ela lembra que foi
300 o Prof. Paulo Speller o primeiro a falar sobre internacionalização. O CGRIFES cresceu e
301 se fortaleceu muito. Não podemos perder essa conquista para um aventureiro passar a
302 mão. Essa proposta nos enfraquecerá de qualquer jeito. O CGRIFES já foi CRIA, e estamos
303 muito mais fortalecidos. Agora propostas novas. Ninguém que chegar nomeado irá
304 conseguir fazer melhor do que nós. Rita Maia (UFRPE) pondera que o documento do
305 CRIA não foi aprovado ainda no pleno da CRIA. O Prof. Waldenor explica que estamos
306 discutindo e elaborando um documento exatamente para apresentar para o CRIA com
307 nosso posicionamento, antes que o presidente da CRIA apresente esta proposta. O Prof.
308 Andre Duarte (UFPR) expressa sua opinião de que houve realmente um problema de
309 estratégia e agora está ficando mais claro. Ele sugere que o encaminhamento seja um
310 documento para contrapor alinhamento e poupar brigas desnecessárias. Ele não está
311 esclarecido sobre a intenção do documento da CRIA. Propõe conseguir esclarecer a
312 questão e evitarmos tanto quanto possível o tom polêmico. O Prof. Waldenor reitera
313 que o que incomoda no texto é a instituição de uma Diretoria de Internacionalização.
314 Mas o texto a ser encaminhado para a CRIA será absolutamente propositivo, sugestivo,
315 esclarecedor, delicado, educado, polido e político. Devemos inclusive agradecer pela
316 seriedade, carinho e respeito do Prof. Ruy pelo documento que ele elaborou. Não se
317 trata de enfrentamento com a CRIA, mas reitera que o debate no âmbito do Conselho é
318 essencial. A Profa. Maria Helena (UFFS) reitera que a ideia de rede de apoio entre
319 universidades é louvável e essencial para as menores que ainda precisam começar no
320 processo de internacionalização. O que falta realmente em sua visão é a clareza sobre o
321 que é internacionalização pelos diversos membros da ANDIFES. A rede pode ajudar.
322 Talvez a CRIA tenha sentido isso. A Profa. Liliane Angel (UNIRIO) sugere aproveitar a
323 oportunidade para que reflitamos também sobre nossa estratégia. Todos lutamos
324 constantemente para chegarmos onde chegamos. Mas talvez faltou estratégia para dar
325 visibilidade ao que alcançamos. Esta ação deve nos fortalecer, e talvez esse documento
326 acaba por fortalecer as ações propostas pela nova diretoria – GTs, encontros mais
327 frequentes, etc. Neste momento a Assembleia se desfez para o almoço. Reunião
328 retomada às 14h12. O Prof. Waldenor sugere repassar pelo documento da CRIA ponto

329 a ponto para que haja sugestões de pontos a serem abordados no parecer que será
330 elaborado pelo CGRIFES para ser encaminhado ao CRIA. Sobre o 1º Item, a Profa. Laura
331 Fortes (UNILA) comunica que se apresenta também em nome da pró-reitoria das
332 relações internacionais. A Profa. Alerta que a UNILA e UNILAB foram criadas juntas, em
333 2010. Têm muitas semelhanças em relação à origem e caracterização. Na UNILA são 30%
334 de estudantes estrangeiros. Professores também. Eles estão trabalhando para alcançar
335 a meta de 50%. A Profa. Laura irá se responsabilizar pela redação do parágrafo sobre a
336 sua IES. Também ressalta a importância de dar relevância à internacionalização a curta
337 distância. Também irá falar sobre o PRINT 2 – colaboração sul-sul. O Prof Milton Asmus
338 (FURG) sugere enfatizar o conceito de fortalecer a busca de soluções compartilhadas de
339 problemas regionais complementares. O Prof. Waldenor sugere que durante a discussão
340 que se seguirá, as sugestões apresentadas sejam consideradas aprovadas pela
341 assembleia caso não haja contraponto. E ainda, que o autor da sugestão ficará
342 responsável por propor o texto a ser utilizado como substitutivo. Item 2º. O Milton
343 Asmus (FURG) sugere correção da descrição da ANDIFES: a entidade não é 63
344 universidades, mas *representa* essas IES. Não *tem* 1,3 milhões, *representa* o sistema de
345 universidades com esse total de estudantes. O Prof. Cristian Witimann (UNIPAMPA)
346 sugere que a Direção do CGRIFES elabore um texto a partir do que já foi discutido nesta
347 assembleia. O Prof. Waldenor explica que a intenção em seguir com a discussão é evitar
348 que a direção corte algo que não seja a intenção do CGRIFES. O Prof. Milton Asmus indica
349 também que a ANDIFES não é uma instituição internacional como descreve o
350 documento. Sugere questionar esta afirmação. Item 3.1. O Prof. Waldenor propõe
351 redação que não valide a criação da diretoria, mas sim de uma equipe técnica (apoio
352 técnico) subordinada à secretaria geral da ANDIFES que dê apoio ao CGRIFES e ANDIFES.
353 Nesta altura a **discussão sobre este tema foi suspensa** para que a assembleia pudesse
354 acompanhar a apresentação do Coordenador da Coordenação Geral de Assuntos de
355 Internacionalização da Educação Superior – CGAIES, Prof. Noraí Rocco e do consultor do
356 MEC para o PEC-G, Rafael Duarte. **Em relação ao PDU**, o Prof. Noraí admite que parte
357 do problema da liberação do ano passado foi gerado pela CGAIES devido a janelas
358 orçamentárias, uma vez que o Coordenador estava articulando para ampliar o valor
359 alocado para o PDU. Também houve prejuízo por conta dos trâmites dos TEDs e
360 exigências mais fortes dos órgãos avaliadores. Para este ano foi solicitado 5.200.000,00
361 (77,5% do valor do ano passado – 6.600.000,00). A SESu está aguardando aprovação do
362 orçamento para liberação do valor. O Prof. Noraí espera que nos próximos dias já
363 tenhamos como iniciar os trabalhos através de TED. O Prof. Noraí falou um pouco sobre
364 as áreas de internacionalização da SESU, sobre os avanços na área da validação de
365 diploma com os países do Mercosul. Destacou os pontos importantes na busca por
366 mecanismos de acreditação e a área da educação no Mercosul, que é uma das quais
367 funcionam bem. Fez o pedido para que as universidades possam aderir à plataforma
368 Carolina Bori para revalidação de diplomas e frisou a importância de oferta de vagas
369 sobretudo de Medicina para que sejam validados os diplomas, pois a demanda é muito
370 grande. Destacou que o processo do Revalida se mantém mesmo com o uso da
371 Plataforma. Comentou ainda sobre a pressão forte para que as universidades
372 particulares também entrem no processo de revalidação de diplomas. Manifestou
373 opinião contrária a isso, mas disse que há uma pressão de alguns Ministérios e da Casa
374 Civil, e que se as federais pudessem trabalhar na direção da revalidação de diplomas,
375 essa pressão talvez diminuísse. Disse que não é contra conceitualmente que as

376 universidades particulares entrem no processo, mas que se preocupa com a qualidade
377 e os resultados dessa ampliação e da perda do controle e consequente qualidade dos
378 profissionais. Em seguida passou a palavra ao consultor da SESu, Rafael Duarte. Rafael
379 agradeceu a oportunidade e se apresentou, falando um pouco sobre sua experiência na
380 área da internacionalização na universidade e no **PEC-G**. Informou que o PEC G não é
381 um programa de assistencialismo, de fuga de cérebros ou asilo político. O intuito é
382 contribuir para a formação de quadros fora do Brasil que tenham formação da educação
383 brasileira. O PEC-G funciona por meio de oferta de vagas voluntárias a instituições
384 parceiras. A seleção é conduzida pelo MEC e pelo MRE e o aluno deve se manter por
385 recursos próprios. Esta é a contrapartida que é pedida. Os objetivos do programa são:
386 (1) intensificar relações com as nações amigas e (2) contribuir com a formação dos
387 quadros nos países em desenvolvimento. Por outro lado, o programa traz a
388 internacionalização para dentro das salas de aula. Rafael apresentou a seguir os países
389 participantes, explicou o arranjo institucional do PEC-G: primeiro as IES ofertam as
390 vagas; então o MEC elabora os editais e articula com as IES; finalmente, o MRE divulga
391 o programa fora do país. O consultor falou um pouco sobre o cumprimento das
392 exigências de visto pelo aluno e pediu às instituições atenção quanto a isso. Ressaltou
393 que o aluno precisa cuidar do próprio visto, mas a IES precisa zelar para que isso seja
394 feito. A seguir, comentou o artigo 12, que regula o desligamento do aluno do programa.
395 Passou para o artigo 13, comentando a permissão de atividade remunerada e ofereceu
396 apoio aos gestores de RI para resolver quaisquer dúvidas. Apresentou os dados do
397 programa (índice de conclusão, atualmente 78% em média). Finalmente, concluiu
398 ressaltando que os países que não possuem centros de estudos de língua portuguesa
399 são aqueles cujos alunos apresentam mais dificuldades. O Prof. Waldenor comentou a
400 fala do Prof. Noraí, que o PDU será mantido e assegurando, e que será repassado por
401 TED, e que se houver pendência de prestação de contas, o recurso não será repassado.
402 É possível pedir prorrogação, mas apenas dentro do prazo de vigência do TED. Em
403 seguida a palavra foi aberta para manifestações dos presentes. Almir Silva (UFSB)
404 perguntou sobre a questão da polícia federal lembrando que o deslocamento dos alunos
405 de regiões interioranas a locais onde há polícia federal é muito difícil e custoso. Indaga
406 o professor se pode haver forma de minimizar isso, levando um profissional da PF até as
407 IES para resolver a questão. Rafael esclarece que a articulação com a PF é difícil, mas
408 que poderiam tentar viabilizar alguma articulação. A Profa. Maria Helena Cordeiro
409 (UFFS) informa que certos documentos pedidos pela polícia federal ficam nos países de
410 origem e é difícil que esses documentos da embaixada lá nos países de origem venham
411 para cá. Rafael sugere acordar com o MRE para que a copia dos documentos fique nas
412 embaixadas, porque nesse caso, caso a PF peça, os documentos podem ser enviados. A
413 Profa. Ângela Lopes (CEFET-RJ) pergunta se haveria como minimizar o problema de
414 enviar alunos de outras IES para o Rio de Janeiro, por causa de questões econômicas.
415 Rafael sugere como estratégia ampliar o número de vagas e diversificar os destinos
416 porque com mais cursos de português, é possível atrair interessados. O Prof. Wendell
417 Meira (UFTM) pergunta ao Prof. Noraí se é condição para receber outra TED o fato de
418 ter tido uma aprovação anterior. O Prof. Noraí informa que a portaria de 2014 será
419 seguida, portanto não serão repassados valores se não houver prestação de contas. Mas
420 que TEDs poderão ser enviados para IES que não receberam no ano passado. A Profa.
421 Patrícia Cardoso (UFES) relatou que o TED da UFES não teve prestação de contas. O Prof.
422 Noraí reforça a necessidade de que seja feita. O Prof. Noraí admite que a comunicação

423 entre a PROPLAN e a RI nem sempre é fácil, pois são muitas atribuições da PROPLAN. É
424 um aprendizado. Em relação a restos a pagar, informa o Coordenador da CGAI que só é
425 possível receber o valor quando houver recursos, se o TED estiver em vigência e se
426 houver orçamento. A Profa. Maria Helena Cordeiro (UFFS) relatou a dificuldade de
427 gastar o dinheiro até dezembro, já que os recursos saem apenas no segundo semestre.
428 O Prof. Noraí sugeriu uma negociação interna, mas se lamentou sobre o calendário do
429 ano fiscal. A Profa. Jaqueline Schultz (UFOP) pediu mais diretrizes em relação à
430 elaboração para que facilite pra fazermos os projetos. Pergunta se é possível pedir
431 prorrogação. O Prof. Noraí explica que antes haviam dito que o montante poderia ser
432 gasto com custeio e capital (ação 20GK), mas depois verificou que não era possível fazer
433 essas ações, e teve que pediu a troca para outra ação (8282). Em resumo, está
434 aprendendo a lidar com TED. A Profa. Liliane Resende (UFSJ) pergunta sobre prazo de
435 validade e se será possível pedir prorrogação. O Prof. Noraí informa que somente com
436 os TEDs que ainda estão vigentes. Não há como resgatar recursos do ano passado. O
437 Prof. Maurílio Coutinho (UNIFEI) partilha que em sua IES, o setor financeiro não se
438 apropriou os recursos, e como não há vigência, então foi difícil gastar o recurso. Defende
439 o professor que a prorrogação tem que terminar antes do prazo de vigência. No caso
440 deles, terminou depois. O Prof. Noraí reitera que nestes casos, não há jeito. Deve-se
441 esperar o novo TED. A Profa. Rita Maia (UFRPE) menciona a dificuldade imposta pelo
442 calendário do ano fiscal. O Prof. Nicolas (UFRGS) informa sobre o Arcosul: ele defende
443 que o curso seja re-acreditado, pois o prazo venceu. Pergunta se é possível. O Prof. Noraí
444 informa que os que estão em processo de re-acreditação podem participar novamente
445 da convocatória. A Profa. Livia Reis (UFF) pergunta por qual razão o PDU virou TED e o
446 IsF continuou na matriz. O Prof. Noraí diz que não há resposta muito clara. O Prof.
447 Waldenor, por sua vez, sugere que não houve articulação essencial em um momento de
448 transição de governo. Neste ponto, foi encerrado o tema em discussão e a assembleia
449 **voltou a discutir o documento da CRIA**. O Prof. Waldenor tomou a palavra, e seguiu-se
450 análise do documento. A Profa. Livia Reis (UFF) perguntou sobre a rede Enlaces, e o Prof.
451 Nicolas Maillard (UFRGS) disse que é uma rede grande, que é necessária dedicação
452 quase que exclusiva para cuidar disso. O Prof. Waldenor, analisando o ponto 3.4, sugeriu
453 a troca da palavra “audit”. A Profa. Livia Reis (UFF) propôs que esse acompanhamento
454 seja propositivo. O Prof. Waldenor sugeriu os parâmetros a serem estabelecidos: (1) há
455 uma política linguística bem definida? (2) há um programa de envio de alunos? Etc. A
456 Profa. Barbara Simões destacou que essas práticas definidas ajudam e muito que os
457 reitores queiram investir na internacionalização em suas IES. Em relação ao ponto 3.5,
458 julga-se importante considerar os pontos da América Latina e a nossa realidade. O Prof.
459 Waldenor comentou que é importante considerar o impacto das IES no
460 desenvolvimento regional. Lembra o professor que não há documento ainda do CGRIFES
461 que mostre os índices de internacionalização das universidades brasileiras. A Profa. Livia
462 Reis (UFF) comentou que na Faubai havia um GT debatendo esta questão. O Prof.
463 Waldenor sugere que a questão é se elaboramos um ranking e quais seriam os critérios
464 desse ranking. A assembleia concordou com a criação de um ranking. O Prof. Waldenor
465 finalizou a leitura do documento, e disse que será então criado um link para que os
466 membros do Conselho possam editar o documento, e pediu que as sugestões sejam
467 enviadas por e-mail e que, caso não possamos nos reunir na FAUBAI, fecharemos o
468 documento online. Em relação aos GTs, a direção do CGRIFES organizará o documento
469 construído pela assembleia e dará o andamento em breve. Passou-se então a **assuntos**

470 **gerais**, e então a Profa. Leda Brasil (UFAM) convidou a todos a participarem da XII
471 assembleia geral do GCUB em Manaus. Encerrou-se a assembleia em seguida. Assinaram
472 a lista de presença Alexandra Nogueira da Silva (UFG), Almir Vieira Silva (UFOB), André
473 de Macedo Duarte (UFPR), Angela Lopes Norte (CEFET-RJ), Bárbara Inês Ribeiro Simões
474 (UFJS), Carolina Fialho Silva (UFRB), Carolina Nants (UFMS), Claudio Umpierre Carlan
475 (UNIFAL-MG), Cristian Ricardo Witimann (UNIPAMPA), Dalmo Mandelli (UFABC),
476 Guilherme Foscolo de Moura Gomes (UFSB), Irene Cristina de Mello (UFMT), Jaqueline
477 Pinheiro Schultz (UFOP), Jenifer Saffi (UFCSPA), Laura Fortes (UNILA), Lêda Leão Brasil
478 (UFAM), Leonardo Teixeira Dall’Agnol (UFMA), Liliana Angel Vargas (UNIRIO), Liliane A.
479 Sade Resende (UFSJ), Lincoln P. Fernandes (UFSC), Livia Reis (UFF), Maria Cristina R.
480 Carvalho (CEFET-MG), Maria Estela A. Canevarolo (UFSCar), Maria Helena B. V. Cordeiro
481 (UFFS), Mário Gleisse das Chagas Martins (UFERSA), Maurilio Pereira Coutinho (UNIFEI),
482 Maximiliano Sérgio Cenci (UFPe), Milton L. Asmus (FURG), Nadia Maria Comerlato
483 (UFRJ), Nicolas Maillard (UFRGS), Orlanda Mabel Cordini (UFVJM), Patricia A. Cardoso
484 (UFES), Rafael A. Rocha (UFRR), Reginaldo Alves Festucci Buselli (UFRA), Rita de Cássia
485 Carvalho Maia (UFRPE), Virgílio Pereira de Almeida (UnB), Vladimir Oliveira Di Iorio
486 (UFV), Waldenor Barros de Moraes Filho (UFU), Weldell Sérgio Ferreira Meira (UFTM).